

Fabiano Couto Corrêa da Silva
Organizador

O PERFIL DAS NOVAS COMPETÊNCIAS NA ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2020

Coordenação do Selo Nyota

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Nathália Lima Romeiro

Site: <https://www.nyota.com.br/>

Comitê Editorial e Científico

Daniella Camara Pizarro (UDESC)	Mariana Cortez (UNILA)
Felipe Meneses Tello (UNAM)	Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)
Mary Luz Alzate (UNAL)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Didier Álvarez Zapata (U. de A.)	Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)
Claudia Mortari (UDESC)	Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Ingrid Paixão (UFBA)	Fabrcício Silveira do Nascimento (UFMG)
Fernanda Oliveira (UFRGS)	Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Maria do Carmo Moreira Aguilár (UFRGS)	Lourenço Cardoso (UNILAB)
Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)	Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)	Bruno Almeida (UFBA)
Ana Cláudia Borges (UFES)	Lia Vainer Schucman (UFSC)
Dorys Liliana Henao (U. de A.)	Frederico Luiz Moreira (UFMG)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)	Caterina Marta Groposo Pavão (UFRGS)
Ana Maria Mielniczuk de Moura (UFRGS)	Rita do Carmo Ferreira Laipelt (UFRGS)
Gercina Ângela de Lima (UFMG)	Miguel Ángel Márdero Arellano (IBICT)
Rene Faustino Gabriel Junior (UFRGS)	Tatiana de Almeida (UNIRIO)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)	Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)
Samanta Coan (UFMG)	Bruno Almeida (UFBA)
Nathália Lima Romeiro (UFMG)	Frederico Luiz Moreira (UFMG)

Diagramação: Franciéle Garcês; Nathália Lima Romeiro

Arte da Capa: Franciéle Garcês

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Rufino Fevrier – CRB 7-6678

S586

O perfil das novas competências na atuação bibliotecária / Fabiano Couto Corrêa da Silva (Org.). - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota) 594 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>

ISBN 978-65-87264-27-1 (impresso)

ISBN 978-65-87264-28-8 (ebook)

1. Biblioteconomia. 2. Perfil bibliotecário. 3. Mercado de Trabalho. 4. Novas competências. I. Silva, Fabiano Couto Corrêa da. III. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil¹

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e ao organizador da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença² que este original.

¹ Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 1 jun. 2019.

² Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 1 jun. 2019.

BIBLIOTECÁRIA DE AQUISIÇÃO

Lenise Di Domenico

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre a profissão se tornou uma tarefa desafiadora, já que na literatura poucos textos discorrem sobre a prática profissional e os conhecimentos inerentes ao trabalho de uma Bibliotecária de Aquisição. Por isso, aceitei o desafio e pretendo, neste capítulo, compartilhar minha experiência profissional atuando como bibliotecária do setor de aquisição.

Quando escolhi esta profissão e iniciei a vida acadêmica nos bancos escolares da faculdade, não conseguia vislumbrar, tampouco conceber, os mais diversos contextos de atuação do bibliotecário e os nichos de mercado que poderiam ser ocupados na sociedade. No entanto, são inúmeros os espaços de trabalho e cada vez mais presencio o bibliotecário conquistando cargos estratégicos nas instituições. Espaços conquistados devido a sua *expertise* na apropriação da informação e suas habilidades para usá-la e disseminá-la.

No decorrer da formação acadêmica, jamais poderia imaginar que atuaria em uma área tão específica, em que poucos profissionais no país assumem exclusivamente esta função: Bibliotecária de Aquisição. Logo, você leitor, deve estar se perguntando: existem habilidades e competências que devem ser desenvolvidas somente para atuar em uma função tão específica? Sim, são necessárias várias habilidades e competências, por isso pretendo descrevê-las a seguir.

Durante o Curso de Biblioteconomia, diversas disciplinas abordam os conceitos, termos e processos da ciência da informação. Mas é a partir de uma disciplina em especial que tomamos conhecimento sobre um assunto tão importante para o planejamento e gerenciamento dos acervos que compõem as bibliotecas: a disciplina de desenvolvimento de coleções. Em sua grande maioria, os cursos de Biblioteconomia ou Ciência da Informação oferecem, em seus currículos, apenas uma disciplina para

o conteúdo de desenvolvimento de coleções, o que torna a tarefa bem desafiadora para docentes e discentes.

O processo de desenvolvimento de coleções envolve princípios, definições e políticas. Na literatura, são essenciais as leituras das obras dos autores: Andrade e Vergueiro (1996), Vergueiro (1989), Vergueiro (2010), Weitzel (2013), entre outras bibliografias importantes da ciência da informação. O autor Waldomiro Vergueiro (1989) define como etapas do processo de desenvolvimento de coleções: a seleção, a aquisição, o desbaste e a avaliação. Todas essas etapas são essenciais para a operacionalização do processo e o alcance de bons resultados para a formação dos acervos.

É justamente em uma destas etapas, a Aquisição, que meu trabalho está inserido. É apenas uma das etapas do processo, porém de fundamental importância devido às especificidades envolvidas. Por ser a operacionalização da etapa de seleção, a aquisição recebe menos ênfase na literatura e seu conteúdo, durante a graduação, é ministrado de forma sucinta. Além disso, devido a maioria dos cursos de Biblioteconomia serem de cunho teórico, a prática fica reservada apenas aos estágios curriculares. A prática, ou seja, o saber fazer em aquisição, se instruído por um Bibliotecário de Aquisição, trará conhecimentos importantes aos novos profissionais. Entretanto, conseguir unir esses fatores, estágio e profissional atuante em aquisição, nem sempre é uma tarefa fácil. Por conseguinte, os bibliotecários ingressam no mercado de trabalho sem a experiência prática.

Em 2005, ao iniciar minha vida profissional em uma instituição de ensino privada, poucas mudanças ocorriam no contexto das bibliotecas universitárias. Convivia com acervos de livros e periódicos impressos. Em 2009, ingressei no serviço público, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde passei a atuar em biblioteca setorial universitária. Minha experiência com aquisição iniciou dois anos depois, quando recebi o convite para fazer parte do Núcleo de Aquisição da Biblioteca Central da UFRGS. De 2011 até aqui, diversas mudanças tecnológicas foram sendo introduzidas nas rotinas das

bibliotecas. Aprendi com os desafios, desenvolvi competências e coloquei em prática novas habilidades. Se antes o trabalho estava direcionado aos livros impressos em bibliotecas reais (físicas), durante os últimos anos, a cena mudou. O livro eletrônico vem ocupando o seu espaço, tornando invisíveis um percentual significativo dos acervos das bibliotecas. Todavia, muito mais recuperáveis pelos usuários, já que a virtualização trouxe novas formas de acesso e visualização dos documentos. Foi diante dessa vivência que meus conhecimentos em aquisição foram sendo construídos concomitante às necessidades de execução dos processos de compra.

Portanto, qual é o papel do Bibliotecário de Aquisição? Ao longo desses anos de atuação posso afirmar que o Bibliotecário de Aquisição é o profissional que atua diretamente com a aquisição de materiais de informação nos seus mais diversos suportes, uma vez que o mercado editorial segue as tendências tecnológicas. Existem três principais modalidades de aquisição: compra, permuta e doação. Nesta oportunidade, vou me ater à modalidade de compra, pois é o processo que envolve mais especificidades.

A compra de materiais de informação, por ser tão diversa, exige do bibliotecário uma série de conhecimentos para embasar a tomada de decisão. O objeto da compra pode ser um livro, um periódico ou uma base de dados; podem ser *software*, gerenciadores, serviços de descoberta; ou ainda, outros tipos de materiais como normas, partituras, objetos de aprendizagem etc. Ainda no que se refere aos livros, estes podem ser impressos ou eletrônicos, adquiridos em diferentes modelos de negócios e acessados em diferentes formatos. As demandas de uma instituição podem ser muito diversificadas. O mercado editorial não é estável e previsível, pelo contrário, mostra-se extremamente volátil, uma vez que, a cada ano, vivencio situações diferentes ao executar a aquisição do mesmo objeto. Além disso, o mercado editorial nacional e estrangeiro possuem características bem diferenciadas e precisam ser analisadas com atenção.

Na minha opinião, para exercer a função de Bibliotecária de

Aquisição é imprescindível a integração dos conhecimentos da Biblioteconomia com outros conhecimentos da administração, contabilidade, gestão pública, legislação e, principalmente, estar atento às tendências do mercado, seja para adquirir novos produtos ou exigir mudanças nos modelos de negócio ofertados. No tocante ao setor público, para se realizar a gestão de compras, uma série de informações devem estar conectadas. É como unir as peças de um quebra-cabeça: demandas, recursos financeiros e rubricas; produtos disponíveis no mercado e modelos de negócio; legislação e normativas contábeis.

Com o intuito de esclarecer os assuntos referidos, pretendo abordar, nos tópicos a seguir, as especificidades envolvidas nos processos de compra e o conhecimento que a prática em aquisição requer do Bibliotecário de Aquisição.

2 O QUE O BIBLIOTECÁRIO DE AQUISIÇÃO DEVE ADQUIRIR?

Impossível falar de aquisição sem antes determinarmos os critérios e políticas que devem ser estabelecidos para a escolha do material. A etapa de seleção é muito importante, pois é esta etapa que vai garantir a eficiência da execução do recurso financeiro. Que resultados obterá uma biblioteca que adquirir livros, periódicos, bases de dados e normas que não serão utilizados? Esses materiais, desde a sua entrada no acervo, se tornarão obsoletos. Livros permanecerão novos nas estantes, bases de dados e periódicos científicos não serão acessados.

Se o objeto primordial do trabalho do bibliotecário é a informação, nosso objetivo é tornar esta informação disponível e acessível à comunidade usuária. Para isso, o Bibliotecário de Aquisição não pode errar no momento da compra. A escolha sobre qual tipo de informação, qual suporte e formato, deve estar embasada em uma política de seleção com critérios definidos. Atuando dessa forma, o bibliotecário atenderá exatamente às necessidades de informação da sua comunidade.

a) O recurso financeiro deve ser bem investido!

Grande parte das bibliotecas brasileiras convivem com o mesmo dilema, não possuem recursos financeiros suficientes para adquirir os conteúdos informacionais de que necessitam e que estão disponíveis no mercado. Logo, com poucos recursos e diversas necessidades, toda e qualquer contratação deve ser acertada e, inclusive, muito utilizada.

Em primeiro lugar, é preciso responder as perguntas que norteiam a tomada de decisão. Diante do universo de informações disponíveis, tanto no mercado editorial nacional, quanto internacional, o que o bibliotecário deve selecionar para a sua biblioteca? Quais editores devem ser escolhidos? Quais bases de dados ou periódicos precisam ser assinados? Quais livros devem ser incorporados ao acervo? Como também, diante de poucos recursos, o que priorizar?

As indagações são complexas, mas as respostas para todas essas perguntas estão na **demanda**. A demanda norteará os passos que o bibliotecário deverá seguir. Portanto, qual é a principal demanda da sua instituição? Para executar de forma eficiente a compra é preciso suprir as necessidades de informação dos seus usuários e elencar prioridades, porque dificilmente o recurso financeiro será suficiente para atendê-las em sua totalidade.

Tratar de informação acadêmica/científica, é lidar com um contexto repleto de especificidades. É nesse momento que o bibliotecário de aquisição precisa obter informações internas e externas:

- Internamente: identificando quais são as demandas da instituição e o que a biblioteca necessita para atendê-las.
- Externamente: conhecer o mercado editorial, as fontes de informação e selecionar o que melhor atende às necessidades.

b) A compra deve atender a demanda!

Vou exemplificar algumas situações sobre identificação de demanda com base em minha experiência profissional. As maiores

demandas estarão concentradas no atendimento dos objetivos da instituição. Sendo assim, na Universidade, temos como principal objetivo a formação de profissionais de ensino superior. Os alunos dos cursos de graduação compõem o maior percentual de discentes da comunidade universitária. O ensino, pesquisa e extensão formam os pilares que justificam a manutenção e razão de existir da Universidade. Logo, o ensino de qualidade e a formação de excelência direcionam a tomada de decisão do grupo de gestão. Para atender a esse objetivo é preciso ofertar o conteúdo necessário ao aprendizado do corpo discente e também, servir de suporte aos docentes. Esse conteúdo é o material que os professores utilizam para embasar as suas aulas e é indicado na lista de bibliografias de cada disciplina. Podem ser livros, periódicos, bases de dados de pesquisa, normas ou quaisquer outros documentos.

Assim sendo, a principal demanda de conteúdo de uma biblioteca universitária, ou sistema de bibliotecas, é o atendimento às bibliografias indicadas nos planos de ensino dos cursos de graduação. Além disso, toda a instituição de ensino superior, seja ela pública ou privada, está sob supervisão do Ministério da Educação – MEC. O MEC estabelece critérios para a avaliação das instituições e de todos os seus cursos de graduação e pós-graduação. Um dos critérios avaliados é a indicação das bibliografias básica e complementar dos cursos e sua disponibilização nos acervos das bibliotecas, sejam eles físicos ou virtuais.

Suprir a necessidade de informação do usuário ofertando os materiais indicados nas disciplinas que ele está cursando e, ao mesmo tempo, disponibilizar esses materiais nos acervos das bibliotecas, é atender a demanda com base em prioridades. Dessa forma, a compra precisa estar direcionada à aquisição dessas bibliografias. Toda a lista precisa ser analisada e observados os critérios quantitativos e qualitativos. Quantitativamente adquirir os títulos da bibliografia básica atendendo a proporção de exemplares necessários ao número de alunos matriculados. Qualitativamente abrangendo o maior número de títulos das bibliografias. Se a sua biblioteca executar o recurso de que dispõe para a compra de

dezenas de exemplares de apenas alguns títulos da bibliografia básica, por exemplo, seu acervo atenderá ao critério quantitativo. No entanto, a diversidade de títulos também precisa ser considerada no momento da compra. Se o recurso financeiro disponibilizado não permitir a aquisição de toda a lista de bibliografias, será necessário priorizar a compra dos títulos da bibliografia básica inicialmente. Em outro momento, quando mais recursos forem disponibilizados, procurar ampliar a compra dos títulos. Além disso, o bibliotecário precisa analisar a demanda do usuário e identificar os títulos com maior circulação.

A importância de a aquisição estar alinhada ao atendimento das demandas reflete diretamente na avaliação da instituição. Todas as instituições de ensino superior têm seus cursos avaliados periodicamente pelo MEC. Se o acervo da biblioteca possui ampla cobertura quanto aos títulos das bibliografias dos planos de ensino e, conseqüentemente, for bem avaliada pelos alunos, o resultado da avaliação será positiva. Nota-se que a aquisição da bibliografia é essencial para a contribuição da qualidade do ensino prestado.

Ao mesmo tempo, é de extrema relevância a análise das editoras que compõem a lista de bibliografias, identificando quais são as editoras mais utilizadas e conhecendo as características do mercado editorial nacional e estrangeiro. O Bibliotecário de Aquisição precisa conhecer os editores. Saber como os editores trabalham e de que forma negociam. Ao tomar conhecimento sobre o funcionamento do mercado, o Bibliotecário de Aquisição obterá critérios para decidir posteriormente, por exemplo, se a compra será direcionada ao livro impresso ou ao livro eletrônico. E, no caso de instituições públicas, se a contratação exigirá uma licitação ou deverá ser instruída por inexigibilidade, dispensando a licitação.

Além das bibliografias dos planos de ensino, outras demandas de informação são importantes e auxiliam as atividades de ensino, por exemplo, a disponibilização de bases de dados para a pesquisa. Para isso, é preciso identificar: qual é a abrangência da base de dados; se é referencial ou de texto completo; quais são as bases mais importantes para cada área do conhecimento, como a área da saúde,

exatas e a área jurídica; quais recursos as bases de dados oferecem; como são negociadas? Além disso, é preciso identificar se o conteúdo de uma base de dados não está contemplado em outra, para não ocorrer a duplicação de conteúdos e, conseqüentemente, desperdício de recurso financeiro.

O conhecimento sobre o mercado é importantíssimo até mesmo para a aquisição de normas, sejam elas técnicas ou científicas, nacionais ou estrangeiras. Verificar como são comercializadas; identificar quais são as normas essenciais aos usuários da instituição; qual a abrangência de cada contrato; conferir se possuem acesso remoto facilitado dentro e fora da instituição, assim como se o contrato permite a impressão dos documentos.

A identificação da demanda comprovará, por exemplo, a necessidade de contratação de informações em âmbito global, como é o caso da contratação de uma base de dados de jornais. No caso da UFRGS, esse tipo de aquisição é estratégico, pois além de disponibilizar notícias atualizadas diariamente, atende às demandas de diversos níveis institucionais, como o ensino de graduação, pós-graduação e de setores administrativos e de planejamento da Universidade.

E se estendermos a análise para outros tipos de bibliotecas, como por exemplo, as bibliotecas escolares? Nesse caso, as demandas estarão concentradas nos materiais pedagógicos para atender os níveis escolares de ensino. Em bibliotecas públicas, será necessária uma aquisição diversificada de materiais devido às demandas heterogêneas características do próprio público. Já as bibliotecas especializadas deverão direcionar a aquisição dos materiais aos objetivos da instituição, seja ela hospitalar, empresarial, jurídica ou até mesmo àquelas que disponibilizam exclusivamente um tipo específico de material, jornais, mapas, patentes, entre outros.

Todos estes exemplos foram citados com o intuito de evidenciar que se Bibliotecário de Aquisição conhecer internamente as suas demandas e externamente o mercado, ele efetivamente norteará a compra com base em critérios, atendendo as

necessidades da instituição. De posse de informações estratégicas, efetuará a compra ao seu público alvo, executando o recurso de forma eficiente.

3 QUAL SUPORTE: LIVRO IMPRESSO OU ELETRÔNICO?

Superada a etapa inicial de seleção e observados os critérios estabelecidos para se determinar a escolha dos materiais conforme a demanda, parte-se para uma fase muito importante que é a escolha do tipo de suporte dos materiais. Essa decisão pode parecer simples, afinal, não é a biblioteca que determina se os materiais serão ofertados no suporte impresso ou disponibilizados em meio eletrônico para os seus usuários? Assim deveria ser. A escolha do produto deve estar atrelada à necessidade da compra, mas, infelizmente, a lógica de mercado parece estar inversa no Brasil, pois não é dessa forma que o mercado editorial nacional atua ao analisarmos o contexto do livro eletrônico.

Antes de mais nada é preciso destacar que a escolha sobre o tipo de suporte do material a ser adquirido merece uma análise de conjuntura. Para isso, faz-se necessária uma reflexão sobre a atuação do mercado editorial no Brasil e no mundo. Conforme mencionei anteriormente, desde 2011 acompanho as alterações e o crescimento do mercado editorial acadêmico e, nos últimos anos, verificou-se a constante transformação na forma de comercialização do livro, ou seja, uma significativa mudança de suporte e novos modelos de negócio.

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que o livro impresso, até a metade desta década, era o suporte mais comercializado pelas editoras acadêmicas e, possivelmente, pelas editoras em geral. A venda do livro impresso seguia predominante nas contratações e, no que tange às instituições públicas, a compra que puder ser efetuada através de mais de um fornecedor, conforme a Lei nº 8666/93, deve ser instruída através de um processo de dispensa ou licitação, observados os limites de valores vigentes. No Brasil, até pouco tempo, para as bibliotecas adquirirem livros acadêmicos de editoras nacionais, a compra tramitava apenas na modalidade impressa.

Diante disso, considero importante relatar como o processo de aquisição do livro impresso ocorre nas universidades.

O livro impresso é comercializado para as universidades através de livrarias ou empresas distribuidoras de livros, o qual também chamamos de fornecedores. As universidades contratam, com maior frequência, os fornecedores de livros como uma forma de agilizar e otimizar o processo de compra, devido à infinidade de editores existentes no mercado.

Inúmeros são os fornecedores de livros impressos existentes no Brasil e no mundo. Cabe destacar que o processo de aquisição de livros impressos, desde o seu início até o final, estabelece um fluxo entre diversas empresas, entre elas, a instituição solicitante, o fornecedor de livros (no caso de instituições públicas é o fornecedor vencedor do processo licitatório), as inúmeras editoras que fornecem os títulos, as empresas de logística que transportam os volumes, além de outros profissionais indiretamente envolvidos.

O processo de aquisição de livros impressos para universidades movimenta grandes volumes de itens e precisam ser distribuídos em inúmeras remessas. A grande demanda por títulos da bibliografia básica, necessários para atender as necessidades de ensino dos cursos de graduação, implica a aquisição de vários exemplares do mesmo título. Para exemplificar, um livro da disciplina de Cálculo requer a aquisição de dezenas de exemplares do mesmo título, pois é utilizado por todos os alunos matriculados nos anos iniciais, de todos os cursos de engenharia.

Além da questão logística devido à quantidade de volumes e remessas a serem entregues, deve-se atentar ao tempo dispendido nesse processo. O período de tempo necessário para que todo o processo de aquisição de livros impressos ocorra, pode perdurar por até dois anos. Esse fluxo é intenso, contínuo e inicia desde o envio da lista de títulos pelo Bibliotecário de Aquisição ao fornecedor, a aprovação da cotação dos títulos, o contato que este fornecedor precisa fazer com todas as editoras para efetuar os pedidos, receber e preparar os títulos das editoras, emitir as notas fiscais, organizar e despachar os volumes para a transportadora e efetuar a entrega dos

pedidos à biblioteca solicitante. O Bibliotecário de Aquisição, ao receber os itens, confere o material, efetua o registro no sistema de gerenciamento da biblioteca e envia as notas fiscais para pagamento. Já em bibliotecas de instituições públicas, pelo fato de o livro impresso ser considerado material permanente e seu pagamento ser efetuado com recurso de capital, os itens precisam ser patrimoniados. Após o patrimoniamto, é preciso criar os processos de pagamento das notas fiscais, incluindo toda a documentação necessária. Na sequência, deve-se encaminhar os títulos recebidos ao setor de processamento técnico. Quando a aquisição é realizada de forma centralizada, ou seja, quando uma biblioteca central realiza a compra para diversas bibliotecas setoriais, como é caso da UFRGS (30 bibliotecas distribuídas em cinco campi), deve-se, ainda, providenciar a conferência e preparação dos volumes para as bibliotecas setoriais, organizar a logística de distribuição interna e somente após o recebimento dos itens pelas bibliotecas setoriais é que será realizado o processamento técnico dos livros e incorporação nos acervos.

Outro cenário importante a ser contextualizado é o processo de aquisição do livro impresso estrangeiro. Ao analisarmos o cenário mundial, nos deparamos com mais dificuldades na questão de fornecimento de livros, uma vez que, o processo de entrega de itens físicos é muito mais complexo. Este processo envolve o fornecedor de livros no Brasil ou o fornecedor de livros vencedor do processo licitatório se a biblioteca pertence a um órgão público. O fornecedor no Brasil fará o contato com outros distribuidores de livros ou seus representantes, situados em todos os continentes. Este fluxo se torna necessário para facilitar a logística em reunir e despachar os pedidos para o Brasil. Os livros, ao chegarem no Brasil, passam pela alfândega e somente após o desembaraço aduaneiro a remessa será liberada ao fornecedor no Brasil. Este precisa receber a mercadoria e iniciar todo o processo interno conforme mencionado anteriormente.

Ocorre que um dos pontos principais e de maior entrave na aquisição do livro impresso estrangeiro é a oscilação da cotação da moeda concomitante ao tempo necessário para o distribuidor de livros efetuar a entrega dos pedidos de aquisição. Nos processos

licitatórios, por exemplo, o percentual de menor acréscimo do preço de capa ou de maior desconto do preço de capa, é definido no momento da licitação. Definida e aprovada pela biblioteca a cotação de cada título a ser solicitado, o fornecedor efetuará a entrega dos pedidos com a cotação pré-estabelecida até o final do contrato. Porém, em caso de alta do dólar, a margem de lucro que antes garantia o fornecimento, passa a não existir mais, o que torna praticamente inviável a entrega dos pedidos. Não obtendo lucro, por consequência, o fornecedor deixa de cumprir a entrega dos itens solicitados.

O descumprimento na entrega dos pedidos também pode ser verificado no processo de aquisição do livro impresso nacional. Quando o fornecedor vence um processo licitatório com um alto percentual de desconto sobre o preço de capa do livro. O elevado desconto concedido pelo fornecedor na licitação, muitas vezes, não corresponde ao desconto obtido com os editores. Em consequência, ao longo do processo de fornecimento dos pedidos de aquisição, o fornecedor não entregará para a biblioteca os pedidos que não conseguem repassar o desconto estipulado, pois representam prejuízo para o fornecedor.

Além da licitação para escolha de fornecedor de livros estrangeiros em território nacional, também é possível realizar processo licitatório internacional, buscando a contratação direta com fornecedores de livros impressos estrangeiros. Entretanto, é preciso verificar se o fornecedor estrangeiro contempla as editoras de todos os continentes, pois somente com uma ampla cobertura de países, este fornecedor conseguirá atender a diversidade de editores que constam nos pedidos de aquisição.

Como consequência às dificuldades mencionadas, a grande maioria das bibliotecas universitárias, de instituições públicas, que necessitam receber seus pedidos de livros impressos estrangeiros, não obtêm bons índices de fornecimento e tal cenário se repete ano após ano. Além disso, as bibliotecas de instituições públicas enfrentam dificuldades para alocar recursos para a aquisição de livros. Em qualquer órgão público, para se realizar uma compra de

material permanente, deve-se utilizar o recurso de capital disponibilizado pelo governo. Por ser considerado material permanente, o livro é adquirido com este tipo de recurso. Ocorre que a disponibilização de recurso de capital, vem diminuindo gradualmente nas universidades públicas. Sendo assim, o recurso de capital que é utilizado para a aquisição de livros impressos, compete com outros tipos de investimentos essenciais dentro da instituição, como a aquisição de equipamentos de laboratórios, construção civil, reformas de infraestrutura, entre outros. Ao mesmo tempo, quando a biblioteca consegue obter recurso para a compra de livros impressos, conforme citado anteriormente, executa com dificuldade, pois os fornecedores não cumprem os contratos.

Diante da precária execução dos contratos por parte dos fornecedores, principalmente, de fornecedores de livros impressos estrangeiros, o Bibliotecário de Aquisição precisa aplicar as devidas penalizações. Os contratos estabelecem os deveres e obrigações entre ambas as partes. Constam cláusulas de prazo contratual, execução do objeto, forma de pagamento e sanções no caso de descumprimento das obrigações. As sanções ou penalizações devem ser aplicadas, pois evitarão que outras instituições sejam prejudicadas por esses fornecedores, uma vez que, os descumprimentos contratuais acarretam, inclusive, o impedimento de licitar com a administração pública. Diante do exposto, pode-se concluir que o processo de aquisição de livros impressos, seja ele nacional ou estrangeiro, é um processo lento, repleto de especificidades e requer um acompanhamento criterioso por parte de todos os Bibliotecários de Aquisição que efetuam este tipo de compra.

Concomitante a este cenário tão peculiar, presenciamos a incorporação das tecnologias no mercado editorial de livros. A modernização promovida pelo avanço tecnológico fez com que os editores acompanhassem as tendências que já ocorriam no cenário das revistas científicas, também chamados de periódicos científicos. Mundialmente, os periódicos que antes eram comercializados apenas no formato impresso foram sendo disponibilizados em

formato eletrônico. Assim sendo, os livros impressos, principalmente nos últimos 10 anos, também passaram a ser ofertados pelos editores em formato eletrônico. Já no Brasil, essa modernização ocorreu a passos bem mais lentos se compararmos aos editores internacionais.

Atualmente, editores nacionais e estrangeiros comercializam em ambos formatos, sendo que um percentual dessas publicações teve seu suporte totalmente substituído para o eletrônico. Destaca-se que o processo de aquisição do livro eletrônico, se comparado ao livro impresso, trouxe vantagens e facilidades. Conforme expliquei anteriormente, a compra do livro impresso implica em um processo lento e contínuo. Com a chegada do livro eletrônico, a compra passou a ser dinâmica e instantânea. No meu ponto de vista, as dificuldades encontradas na aquisição do livro impresso abriram portas para a praticidade da comercialização do livro eletrônico.

Enquanto Bibliotecária de Aquisição, preciso destacar as vantagens que esse tipo de suporte trouxe, tanto para as bibliotecas quanto para o processo de aquisição nas instituições, sejam elas públicas ou privadas. Primeiramente, resalto a questão do espaço físico. Bibliotecas com estantes lotadas em ambientes reduzidos precisam remanejar o acervo para espaços muitas vezes distantes e sem acesso aos usuários, ou ainda, fazer o desfazimento (ou descarte) de parte do acervo para dar lugar aos títulos novos. Já o livro eletrônico, acessado a partir de um *link online*, permite a incorporação e disponibilização de grandes coleções de editores sem precisar de espaço físico para elas. Além disso, proporcionam maior visibilidade e recuperação dos títulos.

Outra vantagem que merece ser destacada é o custo-benefício que a compra por coleções ou pacotes de livros eletrônicos proporcionam para as bibliotecas. A aquisição de grandes coleções faz com que o preço pago por cada título se torne menor. Alguns fatores que contribuem, por exemplo, são os custos com impressão e transporte que deixam de existir com o livro eletrônico.

O livro impresso não somente passa por deteriorações devido às ações do tempo (temperatura, umidade, fungos), assim como, o

excesso de manuseio ocasiona avarias na capa, nas páginas, exigindo a recuperação do material e, conseqüentemente, novos custos para a biblioteca. O livro impresso possui vida útil, já o livro eletrônico é perecível, quando adquirido perpetuamente. Essas são algumas vantagens identificadas na aquisição do livro eletrônico se comparadas ao livro impresso. Na seqüência, destaco as formas de aquisição do livro eletrônico e os modelos de negócio mais praticados no mercado nacional e internacional.

No exterior, o livro eletrônico vem sendo comercializado há muito mais tempo e com modelos de negócio mais atrativos. Isso ocorre porque os livros eletrônicos não possuem restrições de direitos autorais, ou seja, controle de DRM (*Digital Rights Management*). Dessa forma, o livro eletrônico de editores estrangeiros não possui limitação para *download* ou impressão do conteúdo. O uso é facilitado e normalmente não há limite de acessos simultâneos, o que aumenta consideravelmente o aproveitamento do livro. O formato mais comercializado é o PDF e seus arquivos podem ser compartilhados. Este modelo de negócio permite, inclusive, a venda perpétua dos títulos. Nesses casos, o *link* para o acesso *online* do título é permanente, sendo que a preservação digital dos conteúdos eletrônicos deve ser garantida pelos editores ou fornecedores através de repositórios específicos.

Outro modelo de negócio muito utilizado em áreas com frequentes atualizações de conteúdo é a assinatura. Durante um período pré-estabelecido, normalmente 12 meses, o acesso a uma determinada coleção fica disponível para a instituição. Ao término da vigência e não ocorrendo a renovação da assinatura, os conteúdos não serão mais acessados.

Com o intuito de oferecer subsídios e facilitar a escolha dos títulos a serem adquiridos pela biblioteca, os editores estrangeiros criaram o modelo de negócio chamado *Evidence Based Acquisition* (EBA). Nesse modelo de negócio, a instituição realiza uma assinatura com o editor, a uma determinada coleção, e após o término da vigência da assinatura, a instituição seleciona títulos que deseja manter em seu acervo com acesso perpétuo. Este modelo se torna

atrativo, pois a escolha sobre a perpetuidade pode ser direcionada aos títulos mais acessados ou, também, pode-se escolher os títulos publicados em determinado ano, possibilitando, dessa forma, a criação de uma coleção anual. A vantagem dessa escolha é que a biblioteca paga um valor menor por cada título.

Além destes modelos de negócio, a seleção dos títulos eletrônicos de editores estrangeiros, conseqüentemente, também é facilitada. A escolha pode ser direcionada a títulos específicos. Esta forma de seleção é ideal quando se precisa escolher, por exemplo, títulos das bibliografias dos cursos de graduação. Além da escolha por título, podem ser selecionados pacotes por área do conhecimento, por assunto ou tema desejado.

No entanto, a realidade brasileira, em relação aos modelos de negócio de livros eletrônicos, é muito diferente. A legislação impõe uma série de restrições, impossibilitando cópias e resguardando direitos autorais. No cenário nacional, a comercialização do livro eletrônico iniciou com a venda direcionada à pessoa física. Somente após um determinado tempo, a venda do livro eletrônico passou a ser ofertada às instituições, porém, de forma retraída por parte dos editores e com modelos de negócio restritos.

Como Bibliotecária de Aquisição identifico que, do ponto de vista do usuário ou da comunidade em geral, a compra de conteúdos eletrônicos para as bibliotecas é uma tarefa simples, afinal, basta disponibilizar o *link* de acesso *online*. A percepção da maioria dos usuários é que qualquer documento pode ser adquirido eletronicamente, estar disponível 24 h por dia e ser acessado de qualquer lugar. Contudo, o mercado editorial nacional não funciona dessa forma no que se refere à compra institucional. No Brasil, a escolha sobre o tipo de suporte, em sua grande maioria, não é determinada por quem compra e nem por quem demanda, ou seja, nem pelo Bibliotecário de Aquisição, nem pelos usuários. Pelo contrário, as contratações ficam condicionadas aos modelos de negócio impostos pelo mercado e esta realidade precisa mudar.

Ocorre que, no Brasil, os livros eletrônicos possuem DRM (*Digital Rights Management*). É um controle de acesso virtual que

tem a função de proteger os direitos autorais desses conteúdos. É através do DRM que o editor controla tudo o que pode ser feito e a forma como o livro eletrônico é comercializado. Por exemplo, com esse controle, o editor determina restrições quanto ao número de cópias que são permitidas daquela obra, quantos usuários podem acessar simultaneamente e, inclusive, a proibição de compartilhamento. Além disso, o autor do livro determina se o título será comercializado somente no suporte impresso ou apenas no formato eletrônico, ou ainda, em ambos os suportes – impresso e eletrônico. Em consequência às restrições, a comercialização do livro eletrônico no Brasil se tornou inflexível e engessada a modelos de negócio como a assinatura por coleções. Modelo que atende de forma incipiente as necessidades das bibliotecas.

Para se compreender as formas de comercialização do livro eletrônico, é preciso esclarecer a diferença entre a venda para pessoa física e a venda para uma instituição. Os editores ou livrarias, através dos seus sites, direcionam a comercialização dos títulos para pessoas físicas, ou seja, a venda ocorre através do CPF do comprador. Nessa modalidade existe apenas uma permissão de *download* do título para um determinado aparelho – computador, *notebook*, celular. Ao ser adquirido dessa forma, o livro eletrônico não pode ser compartilhado e nem baixado em outro aparelho. A permissão de leitura é unicamente do comprador.

Diferentemente da compra individual, a aquisição do livro eletrônico por universidades, escolas, empresas ou associações, por exemplo, deve ocorrer através da compra institucional. Nesta modalidade, a comercialização do livro eletrônico deve prever as necessidades de acesso de cada instituição. As editoras precisam disponibilizar o acesso ao livro eletrônico por diversos usuários, sendo o número de licenças determinadas previamente, permitindo, inclusive, acessos simultâneos. Além disso, diferentemente da venda para pessoa física, no caso institucional, o acesso ou *download*, não ficará restrito a um único aparelho ou dispositivo, centenas, milhares de usuários farão uso do título. Outro aspecto a ser considerado, no caso de contratações para universidades, é prever o acesso para os

alunos que estão fora do campus através da autenticação do usuário por identificação de IP ou outras modalidades.

A dificuldade se torna ainda maior no processo de aquisição institucional, pois alguns autores, no Brasil, não autorizam ou não preveem a comercialização nessa modalidade. Esse fato faz com que as bibliotecas não consigam formar seus acervos virtuais com facilidade, visto que não são todos os livros impressos que estão disponíveis em formato eletrônico e não é todo livro eletrônico que pode ser adquirido pelas bibliotecas, pois não possuem a modalidade de aquisição institucional.

O modelo de negócio que predomina no Brasil é a assinatura. Um percentual significativo das editoras nacionais de livros acadêmicos comercializa suas coleções eletrônicas por meio de dois consórcios. Cada consórcio é formado por um grupo de editores que, juntos, abarcam aproximadamente 50 selos editoriais, sendo a única modalidade de contratação a assinatura. Além dos consórcios, outras editoras comercializam suas coleções através de plataformas próprias ou através de agregadores. Sendo assim, para uma biblioteca ter acesso aos livros eletrônicos de editores nacionais, o Bibliotecário de Aquisição deverá efetuar a contratação através de uma assinatura, podendo optar pela assinatura de toda a coleção das plataformas, ou ainda, escolher coleções por áreas.

No Brasil, a grande desvantagem do modelo de negócio via assinatura é a impossibilidade de escolha de títulos específicos das coleções. As bibliotecas universitárias precisam atender as demandas das bibliografias dos cursos e, diante de poucos recursos, o Bibliotecário de Aquisição precisa priorizar a compra e selecionar os títulos indicados pelos professores nos planos de ensino. Com isso, a assinatura por coleções não atende ao critério estabelecido na política de seleção. Outra desvantagem desse modelo de negócio é a incerteza quanto à permanência das coleções. Caso a biblioteca não receba recursos financeiros para efetuar a renovação, as coleções assinadas terão o acesso interrompido após o término da vigência da assinatura.

São pouquíssimos os editores nacionais que comercializam

livros eletrônicos através da aquisição perpétua. Ao contrário da assinatura, a aquisição perpétua proporciona maior segurança às bibliotecas. Por ser uma aquisição definitiva do livro eletrônico, esta modalidade permite a formação de acervos permanentes e seus títulos podem ser incorporados nos catálogos virtuais das bibliotecas. Logo, este modelo de negócio precisa ser ofertado por todos os editores e a escolha quanto à modalidade de aquisição (se perpétua ou assinatura), ficar a critério da instituição solicitante. Nota-se que o mercado editorial nacional precisa avançar e se adequar, pois até o momento não está atendendo as demandas das bibliotecas.

- O Bibliotecário de Aquisição deve fazer as demandas ao mercado editorial!

Diante desse cenário, constata-se até o momento, em relação às universidades públicas, por exemplo, a formação de acervos eletrônicos com a aquisição direcionada aos grandes editores estrangeiros, pois estes permitem a compra perpétua de coleções ou pacotes, além da escolha por títulos específicos.

No Brasil, muitas mudanças ainda são necessárias, pois os modelos de negócio estão aquém das necessidades. Os editores devem atender as demandas das bibliotecas e, para isso, precisam ouvir o bibliotecário. O bibliotecário, ao ofertar produtos e serviços nas bibliotecas e identificar as necessidades de informação dos usuários, está apto a determinar quais produtos ou serviços precisam ser melhorados ou criados para atender as demandas. Em determinada área do conhecimento, por exemplo, o livro impresso ainda é o suporte mais utilizado, já em outros, como a área jurídica, com frequentes atualizações na legislação, o livro eletrônico se torna o mais adequado pela agilidade com que as novas edições precisam ser disponibilizadas. Além disso, o modelo de negócio via assinatura não se justifica para áreas como humanas, sociais aplicadas, entre outros. O investimento em obras clássicas deve ser definitivo, assim como é o livro impresso. A biblioteca precisa ser proprietária do título sem ter que pagar, a cada ano, pela assinatura de obras que não

sofrem alterações de conteúdo. Se as editoras acadêmicas nacionais não adequarem a forma de comercialização do livro eletrônico, as bibliotecas passarão por dificuldades para formar suas coleções.

Penso que o livro eletrônico não substituirá o livro impresso. Os dois formatos devem coexistir, mas precisam se adaptar às demandas para serem adquiridos conforme a necessidade do usuário ou de uma área específica.

Até aqui, relatei sobre a identificação das necessidades de aquisição conforme a demanda, a escolha do suporte a ser adquirido e os modelos de negócio existentes no mercado editorial. No próximo tópico, explicarei como os processos de aquisição ocorrem nas bibliotecas de instituições públicas.

4 COMO REALIZAR A AQUISIÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA: DISPENSA, LICITAÇÃO, INEXIGIBILIDADE

Atuar como Bibliotecário de Aquisição em bibliotecas de instituições públicas requer do profissional uma gama de conhecimentos e atualizações constantes, principalmente devido às frequentes mudanças na legislação.

Para se realizar a aquisição em instituições públicas, seja para livros impressos ou quaisquer conteúdos eletrônicos, a aquisição deve ser realizada através de um processo de compra/contratação. Os processos de compra/contratação devem ser instruídos conforme a legislação vigente. Publicada desde 1993, a Lei nº 8666 institui normas para licitações e contratos da administração pública. Esta Lei determina e regula as formas de compra/contratação em órgãos públicos. Desde a sua publicação, até o presente momento, diversas alterações e atualizações se fizeram necessárias. O intuito é adequar os processos de compra/contratação dos órgãos públicos às mudanças de mercado, assim como efetuar a devida atualização de valores quando constatada a sua defasagem. Esta atualização é de extrema importância, pois a Lei institui limites de valores para cada tipo de compra/contratação: convite, tomada de preço e concorrência. Além disso, outras alterações na Lei podem ocorrer, inclusive, diante de situações emergenciais e de calamidade pública

no país, como: epidemias, pandemias, desastres naturais ou não, entre outros. Por esses motivos, não pretendo, neste texto, fazer referência a valores. Estes devem ser consultados na página oficial do governo federal.

Para se efetuar a aquisição de conteúdos eletrônicos, tais como: livros eletrônicos, periódicos eletrônicos, gerenciadores, serviços de descoberta ou bases de dados para pesquisa, a principal informação que o Bibliotecário de Aquisição que atua em uma instituição pública precisa obter é se o fornecedor de determinado conteúdo possui exclusividade para comercialização. Além disso, elencar as especificidades de cada produto/serviço para o atendimento da demanda. Essas informações são determinantes para a correta instrução do processo de aquisição. Raramente o Bibliotecário de Aquisição fará o contato diretamente com o editor. O que se verifica a partir da análise do mercado, tanto nacional quanto estrangeiro, é que a maior parte dos editores comercializam os seus conteúdos eletrônicos a partir de um distribuidor ou agregador. Estes fornecedores efetuam a venda dos produtos ou serviços de forma exclusiva.

Neste caso, a Lei nº 8666/93 determina que quando houver inviabilidade de competição a licitação é inexigível. A inexigibilidade da contratação será atestada desde que a empresa ou o representante for exclusivo na comercialização de determinado produto ou serviço e efetuar a devida comprovação.

O Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação

Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes. (BRASIL, 2020).

Sendo assim, a compra/contratação por órgãos públicos de coleções de livros eletrônicos, bases de dados de pesquisa, periódicos, *software*, entre outros, são instruídos através de um processo de inexigibilidade. São raros os casos na qual existe mais de um fornecedor sobre um determinado conteúdo eletrônico. Quando houver concorrência, o processo de aquisição não pode ser instruído desta forma.

Quando um serviço ou produto puder ser adquirido pelo órgão público através de diferentes empresas ou prestadores de serviço, neste caso, por diferentes fornecedores, este órgão público possui discricionariedade para instruir o processo de compra/contratação por dispensa ou licitação, desde que observados os dispositivos legais. Se o valor total ultrapassar o limite determinado na legislação vigente para as dispensas de licitação, a compra/contratação deverá ser realizada, obrigatoriamente, através de um processo licitatório. O vencedor da licitação será aquele que ofertar o menor valor sobre o objeto licitado. Como exemplo vou citar a compra de livros impressos pelas bibliotecas universitárias públicas. Atualmente, no mercado, existem diversos fornecedores de livros impressos. Logo, faz-se necessária a licitação para se determinar, por exemplo, qual empresa fornecerá os livros com o menor desconto sobre o preço de capa. Dessa forma, a licitação deverá ser realizada sempre que o produto ou serviço tiver mais de um fornecedor disponível no mercado e não for dispensável pela legislação.

Os mesmos critérios devem ser adotados para os processos de aquisição de livros eletrônicos. Se for comprovada a exclusividade da comercialização pelo editor ou fornecedor, o processo será instruído por inexigibilidade. Caso os livros eletrônicos possam ser adquiridos por mais de um fornecedor, a compra deverá ser realizada através de dispensa ou licitação, conforme limites vigentes. A orientação é verificar como o mercado editorial está atuando e se existem mudanças nos modelos de negócio praticados com as instituições.

Por exemplo: quando um editor decide alterar o modelo de negócio que praticava para a venda de livros eletrônicos. Em um primeiro momento, o editor comercializava o título com acesso monousuário e passou a comercializar o mesmo título através do acesso multiusuário. O bibliotecário de aquisição precisa se certificar de que outros fornecedores ou agregadores, também comercializem o mesmo conteúdo no modelo de acesso multiusuário. Tal mudança pode acarretar a alteração na instrução do processo de aquisição, de uma inexigibilidade, para um processo de licitação de livros eletrônicos.

– Seguir a legislação do início ao fim do processo!

O Bibliotecário de Aquisição, que atua em instituições públicas, deve sempre seguir a legislação e instruir os processos de aquisição corretamente atentando para as especificidades de cada contratação. Do início ao fim, ou seja, desde a abertura do processo, a inclusão de toda a documentação necessária, até a devida prestação de contas, é imprescindível o seu acompanhamento, uma vez que, nos contratos estabelecidos pela biblioteca com os editores ou fornecedores, o Bibliotecário de Aquisição pode, inclusive, ser indicado como fiscal do contrato e terá a responsabilidade de conferir a entrega dos produtos. No caso de contratações, deverá acompanhar a prestação do serviço e, em ambos os casos, informar qualquer irregularidade ao órgão competente.

Além da correta instrução dos processos de aquisição conforme o tipo de compra/contratação: dispensa, inexigibilidade ou licitação, o Bibliotecário de Aquisição precisa gerenciar o tipo de recurso conforme a rubrica orçamentária, ou seja, recurso de capital para a aquisição de bens, patrimônios, entre outros e recurso de custeio para a contratação de serviços, materiais de consumo etc. Portanto, além de administrar o orçamento da biblioteca, o Bibliotecário de Aquisição precisa administrar as aquisições conforme os recursos de capital ou custeio recebidos pela biblioteca. Sendo assim, as compras de livros impressos, livros eletrônicos de

acesso perpétuo e quaisquer outros equipamentos ou mobiliários devem ser efetuadas com recurso de capital. Para todas as demais contratações por assinatura, a saber, bases de dados, plataformas de livros eletrônicos, periódicos eletrônicos, serviços de descoberta, gerenciadores, manutenção de *software* de bibliotecas, entre outros, a contratação deve ser efetuada com recurso de custeio.

Por fim, preciso falar sobre o papel interlocutor que o Bibliotecário de Aquisição desenvolve dentro da instituição pública. Esse papel é de fundamental importância para que os processos de aquisição tramitem sem intercorrências entre as diversas instâncias. Para se ter uma ideia, um processo de aquisição, seja qual for a modalidade ou tipo de recurso, tramita em setores como: Departamento de programação orçamentária (dotação de recurso e empenho), Departamento de licitações (elaboração da minuta do edital), Procuradoria (manifesta parecer quanto a legalidade da compra/contratação), Pró-Reitoria de Planejamento (autoriza administrativamente a compra/contratação, efetua as publicações oficiais – DOU), Departamento de gestão de contratos (elaboração do contrato, fiscalização), Departamento financeiro (confere processo de pagamento, efetua o pagamento), Departamento de câmbio (confere instrução para pagamento e efetua pagamento em moeda estrangeira).

Todas essas instâncias são necessárias para a devida efetivação e aprovação da compra/contratação. Ocorre que devido às especificidades dos processos de aquisição de materiais ou serviços de informação, torna-se necessário que o Bibliotecário de Aquisição faça a interlocução entre essas instâncias. O Procurador, por exemplo, precisa compreender o objeto da contratação e ter informações sobre como o mercado editorial nacional e internacional atua para verificar a devida legalidade da compra/contratação. O Departamento de licitações precisa obter informações detalhadas sobre o objeto da aquisição e, da mesma forma, saber como o mercado editorial comercializa, para elaborar corretamente o edital. O Departamento financeiro precisa se certificar sobre o tipo de serviço, produto a ser adquirido, para aplicar devidamente as

normativas contábeis e efetuar o pagamento na rubrica correspondente. O Departamento de câmbio precisa ser informado sobre a forma de pagamento negociada com o fornecedor e se a entrega ocorrerá em remessas, para os devidos planejamentos quanto aos despachos aduaneiros. Estes são apenas alguns exemplos que justificam o que mencionei ao longo deste capítulo, sobre a importância do Bibliotecário de Aquisição acompanhar o processo do início ao fim. Esse acompanhamento beneficia a tramitação dos processos dentro da instituição, pois instrui corretamente as informações que devem constar às devidas instâncias. Quando o Bibliotecário de Aquisição atua dessa forma, os produtos ou serviços serão adquiridos dentro da legalidade e poderão ser ofertados para toda a instituição sem intercorrências.

5 GERENCIAMENTO DE CRISE: COMO ADMINISTRAR OS CONTEÚDOS ELETRÔNICOS ASSINADOS DIANTE DE UM CENÁRIO ADVERSO

Em 2011, quando iniciei minha jornada como Bibliotecária de Aquisição na Biblioteca Central da UFRGS, ocorriam anualmente três a quatro licitações de livros impressos e diversas assinaturas de bases de dados científicas. Aquisições imprescindíveis para dar suporte científico às diversas áreas de pesquisa da Universidade. Naquele período, os investimentos em ensino e pesquisa eram significativos, já que as universidades federais passavam pelo processo de expansão universitária. Como consequência, as bibliotecas universitárias públicas tiveram a oportunidade de ampliar seus acervos, modernizar suas estruturas, serviços e investir em informação científica.

Toda informação científica adquirida ou contratada pelas bibliotecas é disponibilizada a toda comunidade acadêmica para auxiliar no ensino, pesquisa e extensão. Como resultado, obtêm-se inovações científicas e tecnológicas, além da formação de profissionais altamente qualificados que ingressam no mercado de trabalho. É notório que todo país que investe em educação qualifica sua mão de obra e se torna produtor de tecnologia, abrindo portas

para um cenário de competitividade internacional.

Porém, diante de situações adversas, sejam elas econômicas, organizacionais ou políticas, nem sempre convivemos com um cenário favorável. A instabilidade imposta a partir de uma crise financeira, conforme a que presenciamos em âmbito mundial, acarreta sérias consequências em todos os setores da economia: agricultura, indústria, construção civil, comércio e prestação de serviços. Inevitavelmente, outros setores de investimentos, que estão a cargo do Estado, também são afetados, como saúde, segurança e educação.

Quando um país enfrenta a redução de investimentos no setor da educação, através dos cortes de gastos públicos, toda a cadeia produtiva do ensino é afetada. Como se pode ver, a diminuição do número de vagas nos cursos, falta de investimento em laboratórios de pesquisa, diminuição do número de bolsas para estudantes de pesquisa e, ainda, a redução no investimento em informação científica provido pelas bibliotecas.

Sem dúvida um dos maiores desafios que enfrentei como Bibliotecária de Aquisição foi o gerenciamento dos conteúdos eletrônicos assinados pela biblioteca diante da crise econômica e dos cortes de gastos públicos. Juntamente a isso, enfrenta-se a alta do dólar e a dificuldade de manutenção dos contratos executados em moeda estrangeira. É nesse momento, quando toda uma estrutura de informação científica está formada para atender às necessidades de ensino e pesquisa, que o Bibliotecário de Aquisição precisa agir com coerência e responsabilidade. Sendo assim, faço o seguinte questionamento: como gerenciar os conteúdos eletrônicos assinados diante da redução do orçamento da biblioteca?

Para enfrentar períodos de crise financeira o Bibliotecário de Aquisição precisa fazer uso de informações estratégicas para auxiliar a tomada de decisão. Será necessário cancelar contratos ou assinaturas? O que será cancelado? Quais critérios utilizar? É possível negociar com os fornecedores? As repostas para essas perguntas devem nortear os caminhos a serem seguidos. Primeiramente, o Bibliotecário de Aquisição precisa se certificar sobre o recurso

financeiro que a biblioteca receberá naquele ano. A partir desta informação, gerir os contratos e assinaturas conforme o orçamento informado. Se o orçamento não for suficiente para manter os contratos e assinaturas, deve-se consultar outras fontes para verificar, por exemplo, uma possível disponibilização de orçamento por unidades ou departamentos da universidade.

Além disso, se o momento é de cortes no orçamento e a previsão é de redução nos contratos ou assinaturas, o Bibliotecário de Aquisição precisa negociar com os fornecedores! A boa gestão do recurso público ocorre, inclusive, quando o servidor público negocia os contratos em períodos de instabilidade econômica, prevenindo a interrupção de serviços. Se a negociação for estabelecida entre a biblioteca e seus editores e fornecedores, bons resultados poderão ser obtidos. Vou citar alguns exemplos: os preços podem ser mantidos sem os reajustes contratuais; o tempo de cobertura de uma determinada assinatura pode ser estendido sem acréscimos no valor contratado. A partir das negociações é possível, inclusive, que a biblioteca obtenha descontos em relação ao valor pago no ano anterior.

No caso de contratos ou assinaturas efetivados com editores estrangeiros, a situação é ainda mais grave. A alta do dólar provoca a desvalorização da moeda nacional e, com isso, os valores a serem pagos na renovação são ainda maiores se comparados aos pagamentos anteriores. O Bibliotecário de Aquisição precisa negociar com os editores estrangeiros e buscar um equilíbrio de mercado. Caso não houver um entendimento acerca do cenário de crise, os cancelamentos serão inevitáveis.

– Pouco recurso financeiro, muita negociação!

Nos momentos de instabilidade financeira, o Bibliotecário de Aquisição precisa ser proativo, alocando recursos de outros setores e estabelecendo negociações com os fornecedores. Como resultado, poderá garantir a permanência dos conteúdos eletrônicos assinados mesmo diante da redução orçamentária. Contudo, se mesmo após as

negociações for necessário efetuar o cancelamento de assinaturas para ajustar o orçamento, deve-se verificar o uso que a comunidade acadêmica faz dos conteúdos contratados. Para isso, é necessário consultar as estatísticas de uso e identificar a frequência com que esses conteúdos estão sendo utilizados pelos usuários.

Além das estatísticas de uso, um critério a ser utilizado é a escolha por base de dados de texto completo, ao invés de base de dados referenciais de uma mesma área. Outro critério para auxiliar na tomada de decisão é a escolha sobre uma base de dados com maior abrangência de conteúdo. Por exemplo, se a biblioteca possui assinatura de duas bases de dados jurídicas sobre doutrina e jurisprudência, verifica-se qual dessas bases possui uma abrangência maior sobre o conteúdo e efetua-se o cancelamento daquela que obtiver menor abrangência. Esse critério pode ser adotado para todas as áreas do conhecimento.

O Bibliotecário de Aquisição precisa ficar atento e não aceitar aumentos abusivos que os editores possam exigir diante da renovação de uma assinatura. Os editores e fornecedores precisam atender as demandas da biblioteca e direcionar esforços para que ocorra o constante equilíbrio entre as variáveis: produto/serviço x preço x demanda. Os fornecedores devem disponibilizar produtos e serviços a um preço justo permitindo a socialização da informação científica, caso contrário, ficarão disponíveis apenas às minorias da sociedade. Dessa forma, o bibliotecário deve exigir mudanças de mercado quando necessário e gerir continuamente os recursos eletrônicos assinados, para não ocorrer interrupções indesejadas nos serviços.

A importância do bibliotecário de aquisição se mostra evidente quando expostas todas as funções e saberes imprescindíveis à função. No momento em que os processos de aquisição ocorrem de forma planejada e são acompanhados do início ao fim da sua execução, efetivamente, a biblioteca ganha visibilidade, os usuários ficam satisfeitos, os recursos são bem investidos e a instituição cresce!

Por fim, dedico estas palavras a todos os profissionais que,

assim como eu, atuam ou que pretendem se dedicar à execução dessa tarefa: a aquisição de materiais de informação. Trabalhar com a aquisição é buscar constantemente a **inovação**, haja vista que a sociedade avança a passos largos rumo à modernização, à virtualização e a toda praticidade que a tecnologia possa oferecer. A meu ver, o Bibliotecário de Aquisição desempenha um papel de gestor na sociedade, que transcende os saberes da biblioteconomia. Ser Bibliotecário de Aquisição é ser um gestor de recursos financeiros. É ser um conhecedor da legislação e da correta aplicação do recurso público. É ser o canal de comunicação entre os produtores de informação (autores, editores) e os consumidores (usuários, leitores). É ser porta-voz das demandas dos usuários, sugerindo ao mercado editorial os serviços e produtos mais adequados e os melhores modelos de negócio para os livros eletrônicos. É a busca pelo constante equilíbrio entre as instituições de ensino e os produtores de conteúdo, sem cobranças abusivas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. C.; VERGUEIRO, W. C. S. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 29 jun. 2020.

STREHL, L.; SCHARNBERG, J. M. R.; HOROWITZ, Z.; CASTANHO, V. C. O método BiblioGrad para avaliação de acervos de livros de graduação: instrumento para gestão de recursos para aquisição em um sistema de bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 3, p. 105-115, 2010.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

WEITZEL, S. R. Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.